

# Temer e ACM não chegam a acordo

JORNAL DO BRASIL 20 DEZ 1998

CESAR FELÍCIO

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), deverá ser contrariado em pelo menos quatro pontos da lista de projetos que estão na Câmara e deverão figurar na convocação extraordinária. Hoje pela manhã, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), entregará ao presidente Fernando Henrique Cardoso as prioridades da Câmara dos Deputados para o período, em reunião no Palácio do Planalto que terá ainda as presenças do próprio Antônio Carlos e dos líderes governistas nas duas casas.

Temer insistirá na inclusão na pauta das emendas constitucionais que convocam o plebiscito para o parlamentarismo e mudam o regime tributário - dois temas que desagradam o senador baiano - e não irá relacionar o projeto do Código Civil e a emenda constitucional que institui o efeito vinculante no Poder Judiciário, como deseja Antônio Carlos Magalhães.

Ontem, mais uma vez, o presidente do Congresso fez uma cobrança pública para que a Câmara vote os dois temas. Ele lembrou que o Código Civil "é de interesse social e age diretamente sobre os direitos individuais", além de ser a matéria mais antiga no Congresso Nacional,

tramitando desde 1975. Ele disse ainda que a emenda do efeito vinculante poderia retirar 80% dos processos que estão no Supremo Tribunal Federal, referentes a matérias em que já houve decisão judicial em processos análogos. O senador baiano disse ainda que a "reforma tributária poderá tumultuar a votação de outros temas".

O Congresso deverá propor ao presidente a inclusão de 28 temas para a convocação, que poderá começar dia 6 ou 12 de janeiro. Dezenove são de iniciativa da cúpula governista no Senado e os nove restantes constam da lista de Temer.

Em seu discurso de encerramento do ano legislativo, Antônio Carlos afirmou que foram aprovados pelo Senado 42 projetos, 23 dos quais de iniciativa parlamentar e 19 de iniciativa do Executivo. Isso é para calar os que criticam o Congresso como um poder subserviente que só faz o que o Executivo manda", disse. Outros 110 projetos foram aprovados com modificações, tendo que voltar à Câmara. Cinco emendas à Constituição foram aprovadas, a mais importante das quais a que permite a reeleição. O Senado votou ainda o Código Civil, aprovou o código de trânsito e concluiu a CPI dos Precatórios.

■ A votação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, no dia 11, pode ser anulada. O deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) entrou ontem com recurso nesse sentido, alegando que a sessão foi realizada no mesmo momento em que o Congresso aprovava o Orçamento Geral da União para 1998. Segundo o parlamentar, a realização das duas votações simultaneamente contraria o Regimento Interno da Câmara. O presidente da Casa, Michel Temer (PMDB-SP), acolheu o recurso, mas só se pronunciará durante a convocação extraordinária, em janeiro.